

SANTOS

**8 JEITOS DE
MUDAR O MUNDO**

Relatório Final

Outubro - 2016

Breve Histórico

O Comitê Municipal para Políticas de Referência e Otimização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Comitê PRO-ODM foi criado pelo Decreto nº 5.218 de 26 de Novembro de 2008.

Considerando os 8 (oito) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que são:

1. erradicar a pobreza extrema e a fome;
2. atingir o ensino primário universal;
3. promover a igualdade entre sexos e a autonomia das mulheres;
4. reduzir a mortalidade infantil;
5. melhorar a saúde materna;
6. combater o HIV/Aids, malária e outras doenças;
7. garantir a sustentabilidade ambiental;
8. estabelecer Parceria Global para o Desenvolvimento.

As atribuições do Comitê PRÓ- ODM conforme decreto municipal está em subsidiar a Rede de Colaboração Governo-Sociedade com estudos, proposta de metas e indicadores, instrumentos de avaliação e monitoramento visando a otimização das políticas públicas municipais referentes às metas estipuladas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Também como atribuições o Observatório de Metas e Indicadores de Políticas Públicas para a Inclusão Social e o Desenvolvimento Econômico Pró Objetivos do Milênio, fomentar e implementar condições para o desenvolvimento de ações concretas em prol do cumprimento de metas em nível municipal, prevendo políticas e recursos compatíveis para sua Realização entre outras.

Foi elaborado um documento intitulado *Perfil dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em Santos - Junho de 2009* (Portal dos Conselhos de Santos com endereço eletrônico: http://www.portal.santos.sp.gov.br/conselhos/e107_files/downloads/perfil_do_municipio_de_santos_-_odm.pdf) onde foi municipalizados os 08 (oito) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio com 29 (vinte e nove) indicadores.



Comitê PRO-ODM

Comitê Municipal para Políticas de Referência e Otimização Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



O Comitê PRO-ODM se reúne 01 (uma) vez por mês, sempre na primeira segunda-feira de cada mês nas dependências do DEARTI/SECID.

Devido ao tempo, a descontinuidade das ações e perda da memória entre as atribuições os atuais membros do Comitê PRO-ODM definiram que este documento, para a finalização do ODM apontando as metas e indicadores não será conclusivo, consubstanciando somente nas séries históricas e em breve resumo das ações.



Acabar com a fome e a miséria

INDICADORES MUNICIPALIZADOS

1. Proporção de pessoas com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo.
2. Participação do quinto mais pobre da população na renda total do município.
3. Intensidade da pobreza – aumento percentual sobre o rendimento médio das pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, necessário para transpor essa situação.

Território de Demografia

Município portuário de Grande Porte, com uma população de 419.400 habitantes, Santos concentra 99,93% das pessoas residentes em área urbana e apenas 0,07% em área rural. Dividido pelas áreas insular e continental, o município de Santos acumula quase a totalidade de seus habitantes na Área Insular, sendo que esta última possui uma área de 39,4 km², 14% de toda extensão do município, densamente urbanizada e plana com uma cadeia de morros dividindo-a.

Com características opostas, a Área Continental estende-se por 231,6 km², dos quais 70% são classificados como Área de Proteção Ambiental devido aos limites do Parque Estadual da Serra do Mar e por abrigar uma grande área de Mata Atlântica da Serra do Mar. Apenas nos vales de rios são encontradas ocupações urbanas simples e rarefeitas, sendo mais representativo o bairro de Caruara. Santos ainda possui uma área pequena em terras de planalto, no alto da Serra do Quilombo, nos limites das fronteiras com Santo André, Mogi das Cruzes e Bertioga.

Apesar da população total não ter apresentado crescimento significativo nas duas últimas décadas (de 1991 a 2010), Santos observou um crescimento de 60% da população acima de 65 anos. Além disso, verifica-se que houve, neste período, um decréscimo na faixa etária de 0 a 15 anos incompletos. Com tal configuração, Santos registrou, entre 2000 e 2010, uma razão de dependência estável, que passou de 44,60% para 44,51%, no entanto, registrou a evolução do índice de envelhecimento de 11,23% para 14,05%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 48,44% para 44,60%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 8,59% para 11,23%.

Dessa forma, em 2000, os idosos representavam 15,6% da população e em 2010 detinha 19,2% do total da população municipal, o que correspondia a 80.353 habitantes. Enquanto que as crianças e adolescentes de até 15 anos incompletos registrou um decréscimo entre 2000 e 2010, com média de -1,55% ao ano, sendo que representavam 19,6% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 82.007 habitantes, passando, em 2010, para 16,7% da população, totalizando 70.273 habitantes.

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos completos também exibiu decréscimo populacional (em média -0,07% ao ano), passando de 270.776 habitantes em 2000 para 268.796 em 2010. Em 2010, este grupo representava 64,1% da população do município.

Acompanhando a evolução da pirâmide etária de outros países de mercado emergente, a base da pirâmide populacional santista vem estreitando, enquanto a porção superior vem se alargando, indicando a queda na taxa de natalidade e o aumento da qualidade e da expectativa de vida da população do município. Contudo, esta situação não pode ser generalizada para todo o município. Considerando as áreas de ponderação do município de Santos, é possível observar que em algumas destas áreas o formato de pirâmide se mantém, ao passo que em outras áreas o formato do gráfico se assemelha a um balão. Dessa forma, podemos observar a maior presença de idosos nas áreas da Orla 1, Orla 2, Intermediária e Central, sucessivamente, enquanto que a presença de crianças era maior nas áreas do Dique, Morros, Noroeste 2 e Noroeste 1.

População e Vulnerabilidade

A população santista observou uma grande alteração demográfica nas últimas três décadas, além de incremento de 57,53% da renda domiciliar média e um aumento nos indicadores de Educação no mesmo período, fazendo com que o município atingisse o 6º melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Brasil. Contudo, esta situação não pode ser generalizada para todo o município, além da maior presença de idosos na área da Orla e maior a presença de crianças nas áreas de ponderação do Dique, Morros, Noroeste 2 e Noroeste 1, a distribuição da renda também ocorre de forma desigual pelos territórios santistas.

Demais disso, observa-se também desigualdades no acesso aos direitos e aos serviços básicos de infraestrutura, as condições dos domicílios e o perfil das famílias, mostrando que o acesso a tais serviços parece ser moldado de acordo com a maior ou menor presença do capital econômico, concentrando a maior parte da população mais pobre em bairros mais vulneráveis e a maior parte da população mais rica em bairros mais estruturados.

Apesar de possuir, em média, índices sociais melhores do que a média do Estado de São Paulo percebe-se que as vulnerabilidades e riscos sociais estão territorialmente concentrados nas regiões dos Morros, Zona Noroeste, Região Central e Área Continental. Tais regiões concentram os maiores índices de analfabetismo, defasagem de anos de estudo, informalidade no mercado de trabalho e domicílios com renda familiar per capita de até 77 reais chefiados por mulheres e pessoas com deficiência.

A partir das áreas de ponderação observamos que as vulnerabilidades e riscos sociais mais graves num município de gigantismo econômico e de complexidade social que, historicamente, distribuiu suas riquezas de maneira desigual revelam-se, escondidas por morros, palafitas e portas de casarões, nos territórios que apresentam déficits socioeconômicos variados e que concentram muitos moradores excluídos tanto pelo Mercado quanto pelo Estado. Assim, e de maneira inequívoca, o município de Santos é marcado pelas desigualdades sociais.

Vale destacar que, apesar da diminuição de 31% da população em extrema pobreza em Santos, constata-se que a desigualdade aumentou no município no mesmo período. O Índice de Gini passou de 0,52 em 1991 para 0,53 em 2000 e para 0,55 em 2010. O crescimento da desigualdade em Santos é justificado à medida que a porcentagem da renda apropriada por extratos da população avança para caminhos opostos, onde os mais pobres se apropriam de menos renda e os mais ricos apropriam de mais renda ao longo das duas últimas décadas.

De acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social da Fundação SEADE (2012), havia no município em 2010, quando o Censo Demográfico do IBGE foi aplicado, 22.433 pessoas (5,4% do total) inseridas no Grupo 6 de vulnerabilidade, que é composto por aglomerados subnormais. Além disso, Santos possuía em 2010, 9.315 domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo per capita. A análise dos territórios de Santos ajuda a delinear o perfil das famílias mais exposto aos riscos e vulnerabilidades sociais no município, apresentando-se como um desafio para a superação da cisão existente em Santos onde as imagens do desenvolvimento e riqueza convivem com as situações de extrema pobreza, revelando as distâncias e segregações sociais que se configuram nesse território. Provocam, ainda, uma ruptura no tecido social, chamando a atenção para os abismos sociais encontrados entre os condomínios de alto padrão do lado da Orla e de outro lado os morros, palafitas, favelas e cortiços.

A Política de Assistência Social e a evolução da Rede de Atendimento

A desigualdade social congrega um grande conjunto de fatores, incluindo o acesso à renda. Focando inicialmente na desigualdade econômica, vale destacar que esta é comumente medida pelo Índice de Gini - instrumento para medir o grau de concentração de renda em

determinado grupo. Nas últimas décadas, segundo os censos de 1991, 2000 e 2010, a concentração de renda em Santos tem crescido. Avaliar os fatores que convergem para a concentração de renda em Santos nas últimas décadas, enquanto no restante do Brasil verificou-se uma tendência contrária, passaria por analisar as condições econômicas estruturais de geração de renda e de sua distribuição no município. O município de Santos terá a atualização destas informações no próximo Censo, em 2020.

Vale destacar que a desigualdade econômica é um importante instrumento de identificação de situações de risco e vulnerabilidades sociais, mas não é o único e nem o mais confiável se analisado isoladamente. Vale destacar que, segundo os dados do Censo do IBGE de 2010, a região do Dique é a menos desigual de Santos, mesmo possuindo a menor média da renda domiciliar per capita em salários mínimos. Ou seja, a maioria da população desta região é pobre e não possui grandes disparidades econômicas. Uma leitura mais adequada a respeito da desigualdade é aquela que contempla, além da renda, dados sobre o acesso aos serviços públicos e a qualidade de vida, obtendo uma visão mais abrangente das condições de vida e dos riscos sociais que atingem os vários segmentos populacionais em determinado município.

Deste modo, no âmbito das políticas públicas, destacam-se dois eixos de atuação do poder público municipal no combate à desigualdade social: (i) o incentivo à formalização dos empregos e à ascensão econômica da população mais pobre e (ii) o investimento em políticas públicas de melhoria no acesso aos serviços públicos, de elevação da qualidade de vida da população mais pobre e de contenção de despesas das famílias. Neste sentido, focando nas ações da Secretaria de Assistência Social mais próximas do segundo eixo, os programas de transferência de renda e à inclusão produtiva, a qualificação dos serviços socioassistenciais e a oferta de ações de segurança alimentar apresentam-se como ações de redução da desigualdade social.

Compete à SEAS (Secretaria Municipal de Assistência Social) a gestão do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), oferecendo serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica e Especial para a família, indivíduos e pessoas que deles necessitarem. Tem como foco prioritário a proteção social da família, acolhendo em suas necessidades básicas, de sobrevivência, convivência familiar e comunitária, considerando o bairro e a comunidade em que vivem e que tipo de proteção são necessárias.

A Rede de Atendimento Socioassistencial no município de Santos estrutura-se a partir do território, pautando sua atuação em dois níveis de proteção: básica e especial, sendo esta de média e alta complexidade, constituindo-se de ações articuladas e integradas entre organizações governamentais e não governamentais que operam benefícios, serviços, programas e projetos da Assistência Social.

A Proteção Social Básica é ofertada no município por meio do Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família – PAIF e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, bem como por projetos, programas e benefícios, próprios desta proteção, executados nas seguintes unidades públicas: Centros de Referência da Assistência Social – CRAS (7), sendo que o mais recente – CRAS ZOI – foi inaugurado em janeiro de 2014; Núcleos Integrados de Assistência Social – NIAS (2), Centros de Convivência (12), sendo que o mais recente – Centro de Convivência Morro Santa Maria – foi inaugurado em janeiro de 2015.

Demais disso, a execução de serviços e projetos de capacitação e inserção produtiva é ofertada por intermédio de convênios com Organizações Não Governamentais (3) e em parceria com a Vila Criativa.

A Proteção Social Especial, além dos projetos, programas e benefícios, próprios desta proteção, no âmbito da média complexidade, é ofertada por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos – PAEFI, do Serviço Especializado em Abordagem Social, do Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), e por fim, do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Estes serviços são executados nas seguintes unidades públicas: Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS (2), sendo que o mais recente – CREAS da Zona Noroeste – foi inaugurado em setembro de 2014; Centro de Referência Especializado da Assistência Social para População em Situação de Rua – Centro Pop, sendo este inaugurado julho de 2013; Centro Dia – Mãezinha Joana, inaugurado em agosto de 2012.

No âmbito da alta complexidade, a Proteção Social Especial é ofertada por meio do Serviço de Acolhimento Institucional, do Serviço de Acolhimento em República e do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. Estes serviços são executados nas seguintes unidades públicas: Abrigo Provisório de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua – SEACOLHE/CA; Abrigo Provisório para Adultos, Idosos e Famílias – SEACOLHE/AIF; Abrigo de Crianças e Adolescentes – SEABRIGO/CA; Abrigo de Adultos, Idosos e Famílias – SEABRIGO/AIF; Abrigo de Mulheres Vítimas de Violência – SEAPRO/MVV; Repúblicas de Idosos (3); República de Jovens (1), sendo esta última inaugurada em dezembro de 2014.

Destaque para o Programa Guarda Subsidiada Provisória que, por meio de subsídio aos guardiões, permite que integrantes da família extensa fiquem com seus sobrinhos, netos, afilhados, enquanto os pais superam a crise que motivou a separação temporária.

Há ainda o Núcleo de Atendimento Integrado aos Adolescentes em Conflito com a Lei – NAI que executa serviço não tipificado, mas que compõe o Sistema Nacional Socioeducativo – SINASE.

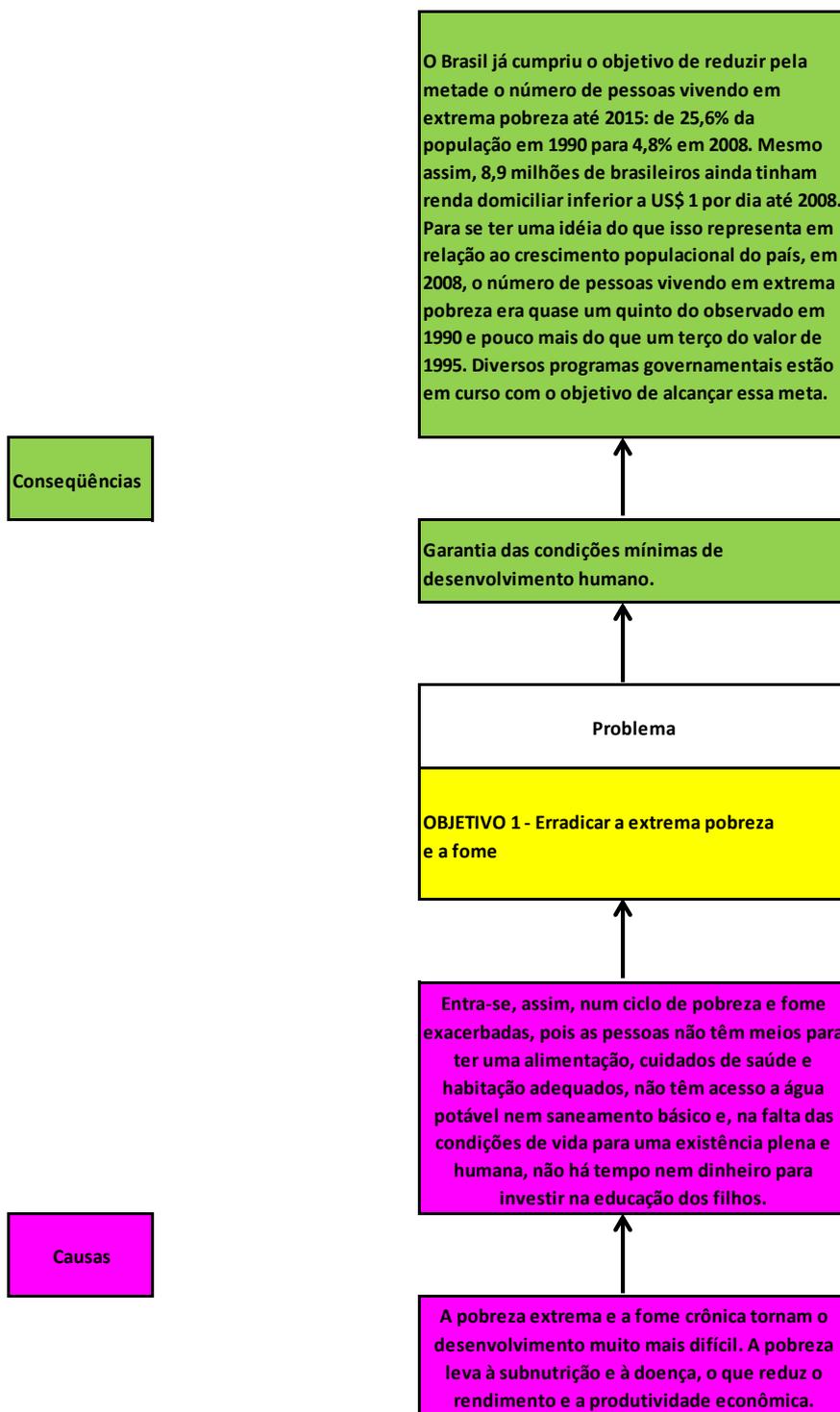
Por intermédio de convênios com Organizações Não Governamentais há o provimento de Abrigos Institucionais, na modalidade de Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI (3), Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes (4), Abrigo Institucional para Pessoas em Situação de Rua (2) e Residências Inclusivas (2), sendo estas foram inauguradas em janeiro de 2014. Por fim, convêm citar, o convênio com a entidade Mensageiros da Luz para o Serviço de Acolhimento de pessoas com paralisia cerebral.

No que diz respeito às ações de contenção das despesas das famílias e de segurança alimentar os restaurantes populares Bom Prato apresentam-se como importante instrumento de redução das despesas das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O município de Santos conta com 3 unidades de restaurantes populares Bom Prato.

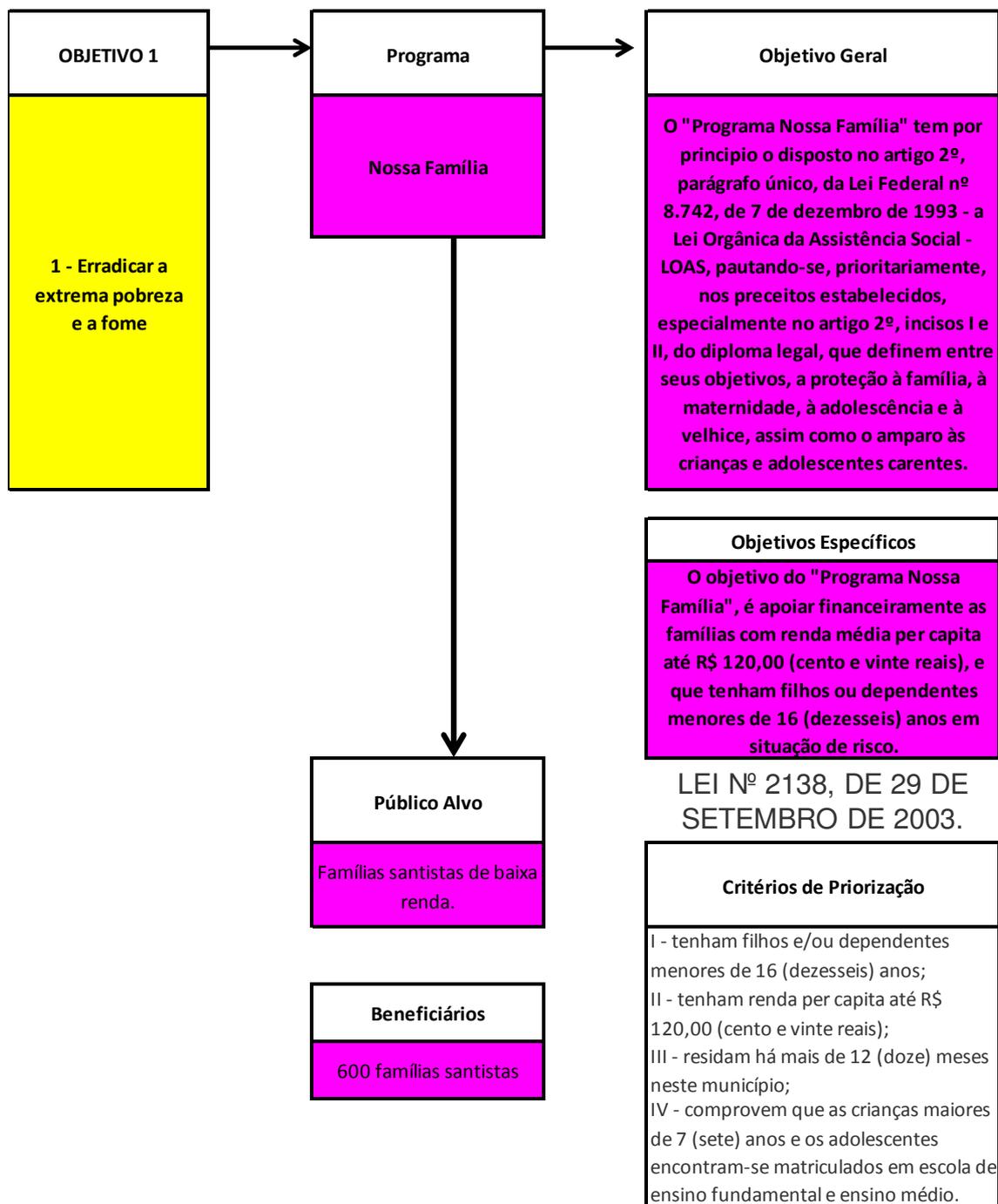
Programas e Serviços Socioassistenciais e os Objetivos do Milênio

OBJETIVOS	DESCRIÇÃO	2000	2011	2012	2013	2014	2015	RESULTADO
OBJETIVO 1	Proporção de pessoas abaixo da linha da extrema pobreza	1,80%	1,40%	1,40%	1,40%	1,40%	1,40%	Tendência de queda
OBJETIVO 1	Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza	2,40%	1,80%	1,80%	1,80%	1,80%	1,80%	Tendência de queda
OBJETIVO 1	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres	3,30%	3,30%	3,30%	3,30%	3,30%	3,30%	Tendência de queda
OBJETIVO 1	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos da população	57,10%	59,70%	59,70%	59,70%	59,70%	59,70%	Tendência de elevação

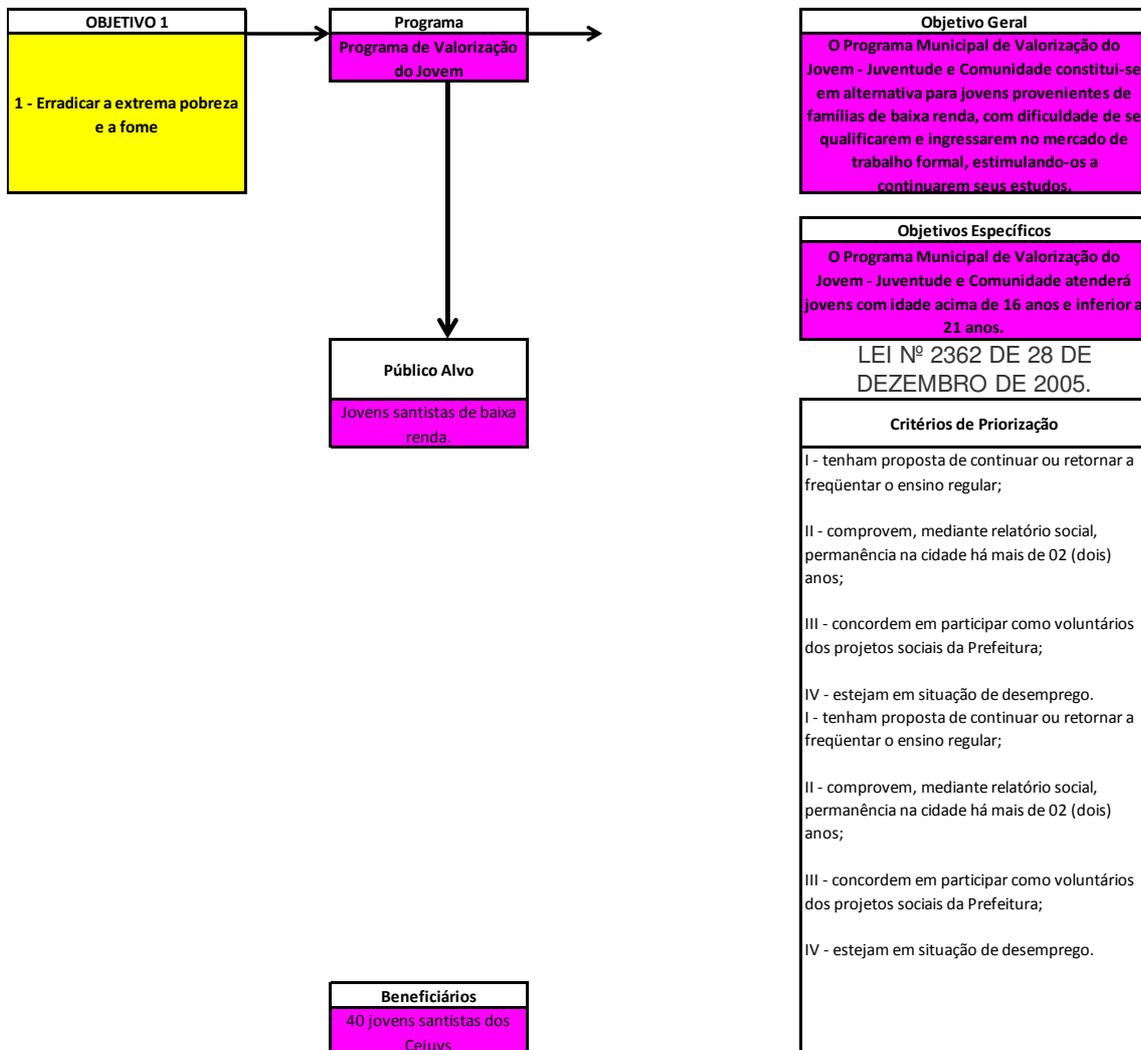
Explicação do Problema



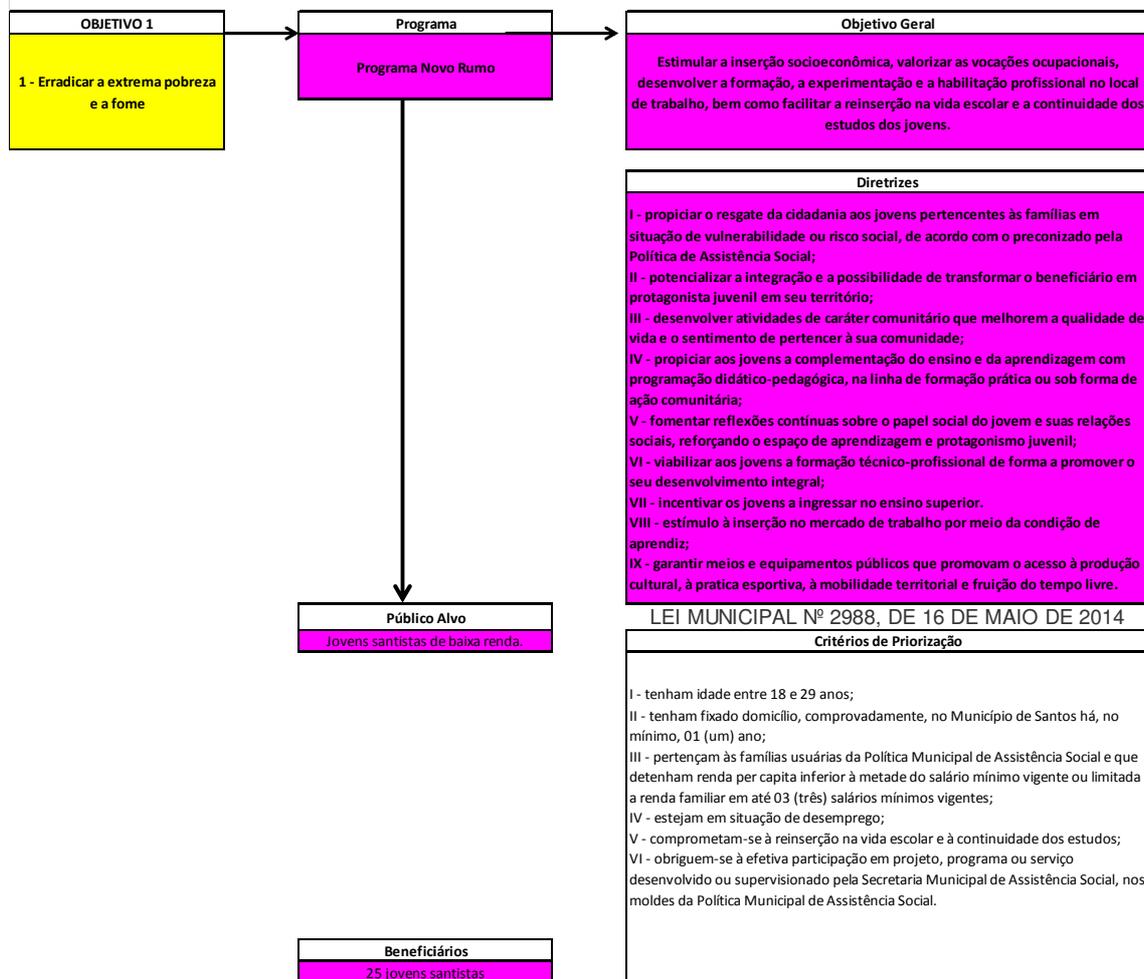
Referências Básicas do Programa



Referências Básicas do Programa



Referências Básicas do Programa



Considerações Finais

A partir das áreas de ponderação observamos que as vulnerabilidades e riscos sociais mais graves num município de gigantismo econômico e de complexidade social que, historicamente, distribuiu suas riquezas de maneira desigual revelam-se, escondidas por morros, palafitas e portas de casarões, nos territórios que apresentam déficits socioeconômicos variados e que concentram muitos moradores excluídos tanto pelo mercado quanto pelo Estado. Assim, e de maneira inequívoca, o município de Santos é marcado pelas desigualdades sociais.

Apesar da gritante desigualdade financeira encontrada entre os moradores do município, destacamos que vulnerabilidades e riscos sociais não se resumem a este fator isoladamente, mas também a padrões de vida impostos por ele, que são formados e reproduzidos numa sociedade onde o capital econômico baliza a vida, como ainda ao resultado da confluência da exposição aos riscos, da incapacidade de resposta e da inabilidade de adaptação. Por este ponto de vista, vulnerabilidade pode ser uma condição dos atores frente a acontecimentos adversos de variadas naturezas: ambientais, econômicas, fisiológicas, psicológicas, legais e sociais.

O reconhecimento de situações de vulnerabilidades como uma questão social, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social, demanda um conjunto de ações e iniciativas que visam à garantia dos direitos, rompendo com os fatores geradores das vulnerabilidades e diminuindo a exposição aos riscos.

Os índices apresentados até aqui ajudam a delinear os territórios e o perfil das famílias mais expostas aos riscos e vulnerabilidades sociais no município, apresentando-se como um desafio para a superação da cisão existente em Santos onde as imagens do desenvolvimento e riqueza convivem com as situações de extrema pobreza, revelando as distâncias e segregações sociais que se configuram nesse território. Provocam, ainda, uma ruptura no tecido social, chamando a atenção para os abismos sociais encontrados entre os condomínios de alto padrão do lado da Orla e de outro lado os morros, palafitas, favelas e cortiços.



**Oferecer educação básica de
qualidade para todos**

INDICADORES MUNICIPALIZADOS

4 .Taxa de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos.

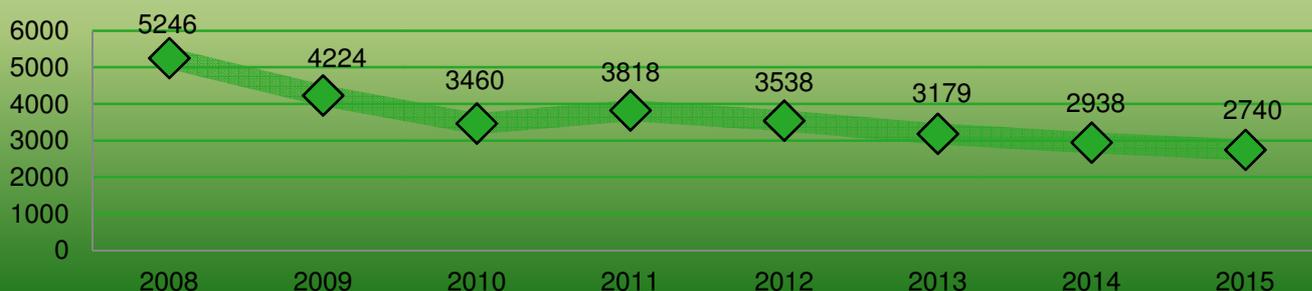
5. Proporção de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos frequentando o Ensino Fundamental.

6. Taxa de Conclusão do Ensino Fundamental entre crianças de 15 a 17 Anos.

Taxa de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos.

ANO	1º SEMESTRE			2º SEMESTRE			TOTAL GERAL
	CICLO I	CICLO II	TOTAL	CICLO I	CICLO II	TOTAL	
2008	728	2253	2981	548	1717	2265	5246
2009	572	1769	2341	432	1451	1883	4224
2010	402	1378	1780	397	1283	1680	3460
2011	440	1524	1964	376	1478	1854	3818
2012	314	1600	1914	240	1384	1624	3538
2013	295	1486	1781	222	1176	1398	3179
2014	271	1363	1634	205	1099	1304	2938
2015	231	1256	1487	213	1040	1253	2740

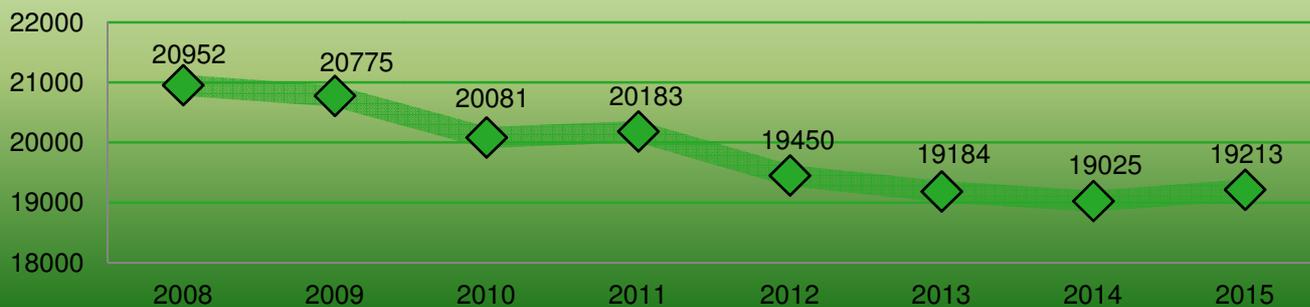
Taxa de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos.



Proporção de crianças na faixa etária de 6 a 14 anos frequentando o Ensino Fundamental

ANO	TOTAL
2008	20.952
2009	20.775
2010	20.081
2011	20.183
2012	19.450
2013	19.184
2014	19.025
2015	19.213

Proporção de crianças na faixa etária de 6 a 14 anos frequentando o Ensino Fundamental



Taxa de Conclusão do Ensino Fundamental entre crianças de 15 a 17 Anos.

ANO	EJA CICLO II	9º ANO ENS. FUNDAMENTAL	TOTAL GERAL
2008	1124	1048	2172
2009	994	1084	2078
2010	825	1140	1965
2011	876	1083	1959
2012	944	1005	1949
2013	861	1020	1881
2014	714	784	1498
2015	705	1049	1754



Santos, Cidade Educadora, possui uma população estimada em 2016 de 434.359 habitantes onde 16,5% dessa população possui menos de 15 anos de idade e frequentam o Ensino Fundamental. Desses, 19.213 crianças e adolescentes estão matriculados na Rede Municipal de Ensino.

Observa-se uma gradativa melhora nos dados apresentados (tabelas e gráficos), em decorrência de ações adotadas pela prefeitura instituindo projetos de inclusão e cidadania, favorecendo a integração em todas as áreas do governo, do trabalho em rede e da garantia de atividades de cultura, lazer, esporte e inclusão social. Dentre as ações destacam entre outras:

- Implantação e implementação de Programas Federais, Estaduais e Municipais;
- Santos Criança – Escola Total, Nossa Escola, Vovô-Nauta, Grêmios Estudantis;
- Santos da Gente
- Educação Integral – Mais Educação;
- Programa Bolsa Família;
- Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGES);
- Garantia de acesso e permanência dos alunos;
- Garantia de Melhora da alimentação e uniformes escolares;

- **Sistematização de formações para novas práticas;**
- **Inovações no contexto dos Recursos Educacionais;**
- **Novas metodologias para o desenvolvimento do trabalho;**
- **Parceria e convênios entre Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura e Esporte;**
- **Aumento de matrículas no Ensino Regular na idade correspondente;**
- **Inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos**

REFERÊNCIAS :

- MEC/INEP
- IBGE
- PORTAL DA EDUCAÇÃO - GDAE/SIGES

Outras Ações

- **SECULT - Secretaria Municipal de Cultura**
 1. Os alunos inscritos nos cursos e oficinas da Cultura são incentivados e orientados à frequência na escola, como fator imprescindível ao seu desenvolvimento inclusive às artes.
 2. A disciplina, o respeito, a cooperação, entre outras, são práticas inerentes ao fazer cultural e artístico.
 3. A organização de seu material didático, o respeito aos livros, a pesquisa e a importância da frequência às bibliotecas são práticas constantes e fundamentais nos fazeres culturais.
 4. O acolhimento e o convívio natural sem segmentação social, racial, de crença e/ou intelectual, faz da cultura uma parceira na inclusão e na promoção da cultura da paz.